

# O PENSAMENTO KEYNESIANO E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: O PLANO DE METAS DE JUSCELINO KUBITSCHEK

Guilherme Candido da Silva Vasconcelos<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo busca analisar a influência do pensamento keynesiano na formulação e implementação do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), marco das políticas desenvolvimentistas no Brasil. A partir de uma abordagem histórica e teórica, examina-se como os princípios keynesianos, fundamentados no papel ativo do Estado na indução do crescimento econômico e na ampliação da demanda agregada, orientaram as estratégias de industrialização e modernização implementadas por Kubitschek. O estudo também procura compreender as adaptações do keynesianismo ao contexto brasileiro, caracterizado por uma economia periférica e dependente de capitais externos.

**Palavras-chave:** Keynes, Desenvolvimento, Plano de Metas, Juscelino Kubitschek, Brasil

## ABSTRACT

This article aims to analyze the influence of Keynesian thought on the formulation and implementation of the Plano de Metas during Juscelino Kubitschek's government (1956-1961), a milestone in Brazil's developmental policies. Through a historical and theoretical approach, the study examines how Keynesian principles, based on the active role of the State in fostering economic growth and expanding aggregate demand, guided the industrialization and modernization strategies promoted by Kubitschek. The article also seeks to understand how Keynesianism was adapted to the Brazilian context, marked by a peripheral economy dependent on external capital.

**Keywords:** Keynes, Development, Plano de Metas, Juscelino Kubitschek, Brazil

---

<sup>1</sup>Estudante de Graduação em Economia na Universidade Federal de Mato Grosso

## INTRODUÇÃO

O papel do Estado no desenvolvimento econômico ganhou destaque a partir da década de 1930, com o surgimento das ideias de John Maynard Keynes. No contexto internacional, o keynesianismo se consolidou como uma resposta teórica e prática à crise de 1929, influenciando políticas de reconstrução e crescimento em diversas economias ao longo do século XX.

No Brasil, tais ideias foram particularmente relevantes no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando o país buscava acelerar seu processo de industrialização e superar o subdesenvolvimento histórico. Nesse sentido, o Plano de Metas (1956-1961), idealizado e implementado por Juscelino Kubitschek, destacou-se como um dos principais exemplos da aplicação de princípios inspirados no pensamento keynesiano. A grande atuação estatal, o incentivo à indústria de base e a articulação com o capital estrangeiro foram instrumentos centrais na tentativa de modernizar e diversificar a estrutura produtiva nacional (SERRANO e SUMMA, 2013)

Nesse contexto, o presente artigo busca responder à seguinte questão: de que maneira o pensamento keynesiano influenciou a formulação e execução do Plano de Metas no governo JK? Esse trabalho parte do pressuposto de que o modelo desenvolvimentista adotado no período foi inspirado em fundamentos keynesianos conforme Carlos Lessa em 1982, no entanto, adaptados à realidade de uma economia periférica e dependente de capital externo.

Vale dizer que o objetivo geral deste trabalho é examinar a influência das ideias keynesianas na formulação e implementação das políticas de desenvolvimento econômico no Brasil durante o Plano de Metas, buscando discutir o papel do Estado no processo de industrialização acelerada e na construção da infraestrutura necessária ao crescimento econômico.

Nesse panorama, o processo de industrialização brasileira durante o governo de Juscelino Kubitschek revelou-se profundamente condicionado pelas dinâmicas do capitalismo periférico, em que o Estado assumiu o protagonismo como indutor do desenvolvimento e articulador de investimentos externos (Lessa, 1982). A tentativa de romper com o atraso estrutural da economia nacional envolveu uma série de medidas que buscavam modernizar a infraestrutura e ampliar a capacidade produtiva do país (PACHECO, 2011).

Além disso, o Plano de Metas não se limitou a ser apenas uma proposta de crescimento econômico acelerado, mas representou um marco na tentativa de transformar estruturalmente

a economia brasileira, até então caracterizada pela forte dependência de produtos primários e pela baixa capacidade industrial. Com investimentos em setores estratégicos, como energia, transporte e indústria de base, o governo de Juscelino Kubitschek buscou criar as condições para um desenvolvimento integrado ao mercado mundial (PACHECO, 2011).

Dessa forma, faz-se necessário o presente artigo para resgatar a influência do pensamento keynesiano no Plano de Metas e sua relevância para o Brasil atual. Em meio a desafios como baixo crescimento e desigualdade social, entender como o Estado atuou como agente central do desenvolvimento no passado pode contribuir para o debate contemporâneo sobre políticas públicas. Revisitar essa experiência histórica ajuda a refletir sobre o papel do investimento estatal e do planejamento econômico como alternativas para enfrentar os problemas estruturais da economia brasileira.

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução e metodologia. A primeira seção apresenta os fundamentos do pensamento keynesiano e sua contribuição ao debate sobre desenvolvimento. A segunda seção analisa o Plano de Metas de JK e a terceira seção discute a influência com diretrizes keynesianas. Além disso, a quarta seção analisa o Estado e o desenvolvimento no debate atual. Por fim, a quinta seção traz as considerações finais, refletindo sobre o impacto do Plano de Metas no desenvolvimento do Brasil.

## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

Este trabalho utiliza como metodologia a pesquisa bibliográfica, que consiste na análise de livros, artigos científicos e documentos oficiais que tratam do pensamento keynesiano e das políticas econômicas do governo Juscelino Kubitschek. A pesquisa bibliográfica é uma etapa essencial para a construção de estudos acadêmicos, sendo fundamental para a delimitação do tema, a revisão de literatura e a análise crítica de conceitos e dados (ANDRADE, 2010).

Portanto, a escolha pela pesquisa bibliográfica como metodologia central deste trabalho oferece a vantagem de integrar diferentes perspectivas teóricas e históricas sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. A partir da consulta a autores clássicos e contemporâneos, é possível construir uma análise mais robusta e fundamentada, capaz de dialogar com distintas interpretações sobre o papel do Estado, o processo de industrialização e a influência do pensamento keynesiano no Brasil. Essa abordagem, ao reunir visões complementares das ciências econômicas, da história e das políticas públicas, contribui para

um estudo mais qualificado e abrangente acerca das estratégias de desenvolvimento implementadas no período analisado.

## **FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO KEYNESIANO**

John Maynard Keynes é amplamente reconhecido como um dos economistas mais influentes da história, sendo considerado o precursor da macroeconomia moderna. Sua trajetória acadêmica, iniciada com a formação em matemática em Cambridge, foi profundamente marcada pela influência de Alfred Marshall, um dos principais economistas da época, que despertou em Keynes o interesse pela ciência econômica (JESUS, 2011). Em 1908, Keynes assumiu uma posição de destaque como professor no King's College de Cambridge e, pouco depois, passou a colaborar ativamente com o *Economic Journal*, consolidando sua relevância no meio acadêmico e nas discussões econômicas de seu tempo. Sua atuação no Tesouro Britânico, durante e após a Primeira Guerra Mundial, também foi determinante para o aprofundamento de suas reflexões sobre as questões monetárias e o papel do Estado na economia (SANTOS, 2008).

O auge de sua contribuição teórica se deu com a publicação da obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, em 1936. Neste trabalho, Keynes rompeu com os pressupostos do liberalismo clássico ao defender a necessidade de uma atuação ativa do Estado para garantir o pleno emprego e estabilizar a economia, especialmente em momentos de crise. As ideias keynesianas formaram a base para a formulação de políticas públicas em diversos países, especialmente no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, quando governos do Ocidente utilizaram suas propostas para fomentar o crescimento econômico e mitigar os efeitos da recessão. A chamada economia keynesiana tornou-se, assim, uma das principais referências teóricas para o desenvolvimento de estratégias protecionistas e intervencionistas adotadas por Estados em busca de superar os desequilíbrios do sistema capitalista (COSTA, 2023).

A teoria econômica de John Maynard Keynes transformou a análise econômica ao introduzir conceitos-chave que redefiniram a forma como os economistas viam a dinâmica dos mercados e a intervenção do Estado. Um dos pilares centrais de seu pensamento é a demanda agregada, que se refere à soma de todos os gastos na economia, incluindo consumo, investimento, gastos do governo e exportações líquidas. Diferentemente do Produto Interno Bruto (PIB), que mede a produção efetiva da economia, a demanda agregada reflete o nível de

bens e serviços desejados pelos agentes econômicos, condicionando o ritmo da atividade econômica (JESUS, 2011).

Nesse contexto, a teoria keynesiana alerta que a demanda agregada não é estática, sendo sensível a diversos fatores, como expectativas dos consumidores e empresários, taxas de juros, política fiscal e monetária, e condições externas (CARVALHO, 1992). Quando a demanda agregada se retrai, o resultado é uma desaceleração econômica ou uma recessão, quando se expande excessivamente, pode gerar pressões inflacionárias. Daí decorre a importância de políticas públicas que busquem estabilizar a economia, ajustando a demanda agregada ao nível desejado de atividade econômica e emprego

Keynes argumentou que, ao contrário do que afirmavam os economistas clássicos, os mercados não se ajustam automaticamente para garantir o pleno emprego. Em momentos de recessão, a falta de demanda agregada pode levar à subutilização dos recursos, provocando desemprego e estagnação econômica. Assim, ele defendeu que o governo deveria atuar ativamente para estimular a demanda, principalmente por meio de políticas fiscais expansionistas (KEYNES, 1936).

Além disso, o consumo, segundo Keynes, é determinado principalmente pela renda disponível dos indivíduos, e ele introduziu o conceito de propensão marginal a consumir, que indica que, à medida que a renda de um indivíduo aumenta, ele tende a gastar uma fração dessa renda, mas uma parte maior será poupada (HERSCOVICI, 2013). Isso gera a possibilidade de insuficiência de demanda agregada, o que pode levar a uma situação de desemprego involuntário. Dessa forma, para Keynes, o consumo, ainda que importante, não é suficiente para garantir o pleno emprego na economia, exigindo, portanto, a intervenção do Estado e o estímulo ao investimento.

Ademais, acerca do investimento, Keynes destacou a importância da incerteza econômica. Ele introduziu o conceito de eficiência marginal do capital, que reflete a expectativa de retorno sobre novos investimentos. Quando a taxa de retorno esperada supera a taxa de juros, o investimento tende a aumentar. No entanto, ele também observou que a incerteza e as expectativas de futuro podem reduzir os níveis de investimento, afetando negativamente a demanda agregada e, por conseguinte, o nível de emprego (JESUS, 2011).

O papel do Estado é outro ponto fundamental da teoria keynesiana. Para Keynes, os mercados nem sempre conseguem garantir o pleno emprego e o equilíbrio econômico de forma

espontânea. Durante períodos de recessão, o governo deve intervir ativamente, adotando políticas fiscais expansionistas, como o aumento dos gastos públicos e a redução de impostos, para estimular a demanda agregada e promover o crescimento econômico. Essa visão contrastava com a concepção clássica de que a economia se autorregula, sem a necessidade de intervenção estatal. Para Keynes, a ação do governo era essencial para evitar o desemprego massivo e promover a recuperação econômica, especialmente em tempos de crise (KEYNES, 1936).

Além disso, Keynes via o Estado como o principal agente capaz de compensar a instabilidade dos investimentos privados, que são fortemente afetados pela incerteza e pelas expectativas pessimistas em relação ao futuro. Enquanto o setor privado pode reduzir seus investimentos em momentos de incerteza, o Estado possui a capacidade de manter ou ampliar seus gastos, garantindo um nível mínimo de demanda agregada e, conseqüentemente, evitando quedas abruptas na produção e no emprego. Nesse sentido, o investimento público em infraestrutura, educação, saúde e outros setores estratégicos serve como um motor adicional para reativar a economia e gerar confiança nos agentes econômicos (CARVALHO, 1992).

Outro aspecto relevante é que, para Keynes, o Estado não deveria atuar apenas em situações emergenciais, mas também como indutor permanente do desenvolvimento econômico, principalmente em países em processo de industrialização ou com mercados internos frágeis, como era o caso do Brasil nas décadas de 1950 e 1960. A partir dessa perspectiva, a política fiscal deixa de ser um simples instrumento de arrecadação e passa a ser uma ferramenta central para impulsionar o crescimento e estabilizar os ciclos econômicos. Essa lógica se refletiu diretamente em diversas experiências de planejamento estatal no Brasil, como o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, que buscava acelerar a industrialização e modernizar a economia com forte presença do Estado na coordenação e execução de grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento (TAVARES & BELLUZZO, 1984)

Desse modo, a escola keynesiana representa uma das mais significativas inovações no campo da economia moderna, destacando-se pela sua visão de que o mercado não se autorregula para garantir o pleno emprego e o equilíbrio econômico. Com as ideias de John Maynard Keynes, ficou claro que, em situações de recessão, a intervenção estatal se torna essencial para estimular a demanda agregada, garantir o crescimento e reduzir o desemprego. Esse pensamento desafiou as concepções clássicas que previam a autorregulação do mercado

e a correção automática das crises econômicas, propondo um papel ativo para o governo na promoção da estabilidade econômica (JESUS, 2011).

A concepção de que o Estado deve ser um agente regulador e de fomento da economia durante períodos de recessão e de baixo crescimento transformou a maneira como muitos países passaram a encarar a política econômica, especialmente após a Grande Depressão de 1929. (

Embora tenha sido alvo de críticas e revisões ao longo do tempo, especialmente no que diz respeito ao equilíbrio de longo prazo e à relação com o crescimento sustentável, a escola keynesiana permanece relevante no debate econômico. Suas ideias continuam a influenciar a formulação de políticas econômicas em tempos de crise, principalmente quando a necessidade de intervenção governamental se torna evidente para conter os efeitos negativos de recessões prolongadas. O legado do keynesianismo é indiscutível, e suas contribuições permanecem essenciais para entender as complexidades da economia global e o papel crucial que o Estado desempenha em sua regulação (BIELSCHOWSKY, 2000).

## **O PLANO DE METAS DE JUSCELINO KUBITSCHKEK**

O suicídio de Getúlio Vargas desencadeou uma série de turbulências no cenário político brasileiro, estendendo-se até as eleições presidenciais seguintes. Durante o governo de Café Filho, houve um ambiente de instabilidade, com tentativas constantes de barrar a candidatura de Juscelino Kubitschek. Apesar dos desafios, JK conseguiu consolidar uma base política sólida e, em 3 de outubro de 1955, foi eleito presidente com 36% dos votos. No entanto, sua posse esteve ameaçada por articulações golpistas, que persistiram até sua efetiva ascensão ao cargo em 1956, ao lado de seu vice, João Goulart (FERREIRA, 2007).

Ao assumir a presidência, JK encontrou um país sob pressão, tanto pela herança econômica deixada por Getúlio Vargas quanto pelas tensões políticas que exigiam sua constante atenção. A inflação e a instabilidade cambial eram questões críticas, mas seu governo propôs um caminho ousado de crescimento. Sua campanha foi marcada pelo slogan "50 anos em 5", que sintetizava a ambição de acelerar o desenvolvimento econômico nacional. (FERREIRA, 2007)

Para viabilizar essa estratégia, JK apostou na industrialização como eixo central de sua política econômica. O Brasil precisava reduzir sua dependência das importações e fortalecer seu parque industrial, além de criar condições para se tornar um exportador de produtos manufaturados. Para isso, implementou o Plano de Metas, um projeto estruturado em cinco grandes setores: energia, transporte, indústria, alimentação e educação. A distribuição dos investimentos priorizou a infraestrutura, com 43,4% destinados à energia e 29,6% ao setor de transportes, enquanto áreas como alimentação e educação receberam parcelas menores dos recursos (MACHADO, 2019)

O Plano de Metas não se restringia apenas ao desenvolvimento da infraestrutura física, mas também promovia a participação do Estado na economia, seja diretamente ou por meio de incentivos ao setor privado. Seguindo uma abordagem que se aproxima das ideias keynesianas, o governo ampliou sua atuação na formação de capital, criando mecanismos para estimular a produção industrial e viabilizar o crescimento econômico sustentado. O Estado desempenhou um papel ativo ao direcionar créditos subsidiados para setores estratégicos e promover gastos em infraestrutura, criando um ambiente favorável para o desenvolvimento (FARO e SILVA, 2002).

No entanto, a execução do plano enfrentava desafios significativos, especialmente no que diz respeito ao financiamento. A economia brasileira já sofria com um déficit orçamentário e com a perda do poder de compra das exportações. Para contornar essas dificuldades, o governo apostou em três frentes: atrair investimentos estrangeiros, negociar apoio financeiro com organismos internacionais e estimular o mercado interno por meio de créditos e incentivos fiscais. A escassez de recursos externos, contudo, permaneceu como um obstáculo crítico, prejudicando a plena realização dos objetivos do plano (PACHECO, 2011).

A gestão da administração pública também exigiu estratégias inovadoras. Para garantir a execução das metas, JK criou uma estrutura paralela de gestão, recrutando especialistas de diferentes órgãos e concedendo-lhes autonomia para tocar os projetos. Esse modelo permitiu maior agilidade na implementação das iniciativas, contornando a burocracia tradicional do Estado (PACHECO, 2011).

Entre as principais metas estabelecidas estavam:

- Expansão da capacidade de geração de energia elétrica de 3,2 milhões de kW para 5,2 milhões de kW até 1960;

- Ampliação da produção de carvão de 2,1 para 3,1 milhões de toneladas;
- Elevação da produção de petróleo, alcançando 6.000 barris/dia;
- Modernização do setor ferroviário, com a construção de 3.110 km de novas linhas;
- Construção e pavimentação de milhares de quilômetros de rodovias;
- Aumento da produção de aço bruto de 1,2 milhões para 2,3 milhões de toneladas.

O financiamento desse ambicioso programa foi dividido entre o setor público, que arcou com cerca de 50% dos investimentos, o setor privado, que contribuiu com 35%, e fontes externas, cujos recursos se mostraram insuficientes frente às necessidades do plano. Além disso, o investimento na construção de Brasília adicionou um peso considerável aos gastos governamentais, contribuindo para um cenário inflacionário que ultrapassou as previsões iniciais (MACHADO, 2019).

Segundo o economista Carlos Lessa (LESSA, 1981), o Plano de Metas se sustentava em quatro pilares principais:

- Tratamento preferencial ao capital estrangeiro;
- Financiamento dos gastos através da expansão dos meios de pagamento e do crédito bancário;
- Crescente participação do setor público na formação de capital;
- Estímulo à iniciativa privada.

A estratégia adotada pelo governo JK, ao impulsionar o crescimento por meio do investimento estatal e da expansão do crédito, reflete elementos da teoria keynesiana, que defende a intervenção do Estado na economia para estimular a demanda e fomentar o desenvolvimento. O Plano de Metas buscava exatamente isso, um crescimento acelerado, impulsionado por gastos públicos e incentivos ao setor produtivo, ainda que, a longo prazo, tenha gerado desafios fiscais e inflacionários.

*“A política desenvolvimentista na figura do Plano de Metas fixava uma série de objetivos setoriais, consubstanciados em torno de trinta metas que deveriam ser implantadas em cinco anos, correspondentes ao mandato presidencial, mesmo que a execução dos projetos se estendesse pelos governos seguintes, como acabou acontecendo. Um dos grandes objetivos do plano que se desenhava era construir a infraestrutura necessária à integração do sistema industrial,*

*antecipando-se à demanda, concentrada 31 primordialmente no eixo Rio de Janeiro - São Paulo-Minas Gerais” (Melo, 2010, p. 46).”*

O legado desse projeto foi um período de crescimento econômico expressivo, consolidando a industrialização brasileira e fortalecendo a presença do Estado como agente impulsionador do desenvolvimento, um princípio essencial dentro da perspectiva keynesiana.

O período de 1957 a 1961 foi marcado por um expressivo avanço econômico no Brasil, refletindo os esforços do governo Juscelino Kubitschek para promover a industrialização e modernizar a economia. Nesse intervalo, o PIB cresceu a uma taxa média de 8,2% ao ano, enquanto a renda per capita aumentou 5,1% anualmente. A indústria, impulsionada pelos investimentos e incentivos do Plano de Metas, teve um desempenho ainda mais vigoroso, expandindo-se a uma taxa média de 11,3% ao ano, demonstrando que o setor produtivo respondia positivamente às políticas adotadas. No entanto, o crescimento acelerado trouxe consigo desafios macroeconômicos, especialmente no controle da inflação, que manteve uma média elevada de 22,6% ao longo do período (FARO e SILVA, 2002)

Para sustentar esse ritmo de desenvolvimento, a intervenção estatal foi intensificada. Segundo Orenstein e Sochaczewski, a formação de capital do governo central, responsável pela maior parte dos investimentos no país, expandiu-se a uma taxa de 15% ao ano entre 1956 e 1961, enquanto os investimentos das empresas estatais cresceram mais de 25% ao ano entre 1960 e 1961. Isso demonstra que, além da atração de capital privado, o governo teve um papel determinante na sustentação da demanda agregada, direcionando investimentos estratégicos para setores fundamentais ao desenvolvimento industrial. A presença do Estado foi crucial, especialmente para manter o dinamismo das indústrias de bens de capital, setor que exige altos investimentos e retornos de longo prazo, mas que é essencial para consolidar uma economia industrializada (JESUS, 2011)

Dentro dessa lógica, o governo JK estruturou uma administração focada na execução eficiente do Plano de Metas. Para isso, criou o Conselho de Desenvolvimento, órgão responsável por coordenar e fiscalizar a implementação das metas estabelecidas, garantindo que os projetos seguissem dentro do planejamento. Paralelamente, foi instituído o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), com a missão de viabilizar a instalação de um setor automobilístico nacional robusto e competitivo. Essa estrutura administrativa refletia um equilíbrio entre a tecnocracia e a articulação política, de um lado, secretarias estaduais eram

ocupadas por aliados do governo, garantindo apoio político ao projeto desenvolvimentista; de outro, a equipe técnica era composta por especialistas altamente qualificados, responsáveis por elaborar e executar as estratégias de crescimento (PACHECO, 2011)

O impacto dessas políticas foi significativo. O governo passou a exercer uma intervenção econômica sem precedentes, mobilizando todos os recursos disponíveis para acelerar o processo de industrialização. O setor público não apenas ampliou sua participação na formação de capital, mas também criou um ambiente favorável para a iniciativa privada nacional e estrangeira.

### **POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS KEYNESIANA NO PLANO DE METAS**

O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek não apenas dialoga com o pensamento keynesiano pela ênfase na intervenção estatal, mas também pela aposta no desenvolvimento planejado e na criação de um ambiente de confiança para o setor privado, elementos fundamentais para garantir o chamado "círculo virtuoso" de crescimento. No contexto brasileiro da década de 1950, em que o setor privado interno era incipiente e os mercados ainda estavam em formação, o Estado precisava liderar o processo de modernização econômica, assumindo riscos que o capital privado não estava disposto a enfrentar sozinho. Essa estratégia remete à concepção keynesiana de que, em certas circunstâncias, apenas o Estado possui capacidade institucional e financeira para gerar as condições necessárias ao desenvolvimento. (CARVALHO, 2008)

Outro aspecto relevante é que o Plano de Metas incorporou uma visão setorial e integrada da economia, típica do pensamento desenvolvimentista inspirado em Keynes. A ideia de que determinados setores, como transporte, energia e indústria de base, funcionam como "gargalos" que limitam o crescimento econômico levou JK a concentrar recursos nessas áreas. Esse raciocínio parte da lógica de que resolver esses gargalos gera externalidades positivas que destravam o crescimento em outras áreas da economia, elevando a produtividade geral. Esse efeito de encadeamento entre setores, com impactos multiplicadores no investimento e na geração de empregos, também está em sintonia com a visão keynesiana da importância da demanda efetiva. (CARVALHO, 2008)

Além disso, o governo JK apostou na atração de capital estrangeiro direto como forma de complementar a poupança doméstica e acelerar a industrialização pesada, especialmente na indústria automobilística e de bens de capital. Esse movimento revela uma adaptação

pragmática do keynesianismo à realidade de um país periférico e subdesenvolvido, que carecia de recursos internos suficientes para sustentar o crescimento acelerado desejado. É possível perceber aí uma aproximação com a chamada "síntese desenvolvimentista", que unia o pensamento keynesiano ao estruturalismo latino-americano da CEPAL, liderado por Raúl Prebisch, que advogava a substituição de importações e o fortalecimento do mercado interno. (SANTOS, 2008)

Outro ponto importante é o papel das instituições criadas para viabilizar o Plano de Metas, como os grupos executivos e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que funcionaram como braços operacionais da política estatal de industrialização. Essa institucionalidade foi crucial para articular os diversos atores econômicos — governo, capital privado nacional e multinacional — em torno de uma estratégia de longo prazo. (PACHECO, 2011)

Ademais, o Plano de Metas reflete a concepção keynesiana do Estado como investidor de última instância, uma função essencial em contextos de escassez de capital privado ou baixa confiança dos investidores. Na década de 1950, o setor privado nacional brasileiro era relativamente frágil, com limitada capacidade de investimento em setores de infraestrutura e em indústrias de base, que demandavam grandes volumes de capital e prazos de retorno longos.

Nesse cenário, o governo de Juscelino Kubitschek assumiu um papel central ao investir diretamente na construção de rodovias, hidrelétricas, na expansão do setor energético e na modernização dos transportes (JESUS, 2011). Ao fazer isso, o Estado brasileiro reduziu as incertezas e preparou o ambiente para que o capital privado, inclusive o estrangeiro, pudesse atuar em melhores condições. Essa estratégia se alinha ao pensamento de Keynes, para quem o Estado deve agir de maneira proativa quando o setor privado não é capaz, sozinho, de induzir o crescimento econômico ou enfrentar as dificuldades estruturais do subdesenvolvimento (CARVALHO, 2008).

Outro aspecto chave do Plano de Metas é a sua aposta no efeito multiplicador dos investimentos públicos, conceito amplamente trabalhado por Keynes. Ao canalizar recursos para setores estratégicos como energia, transporte e indústria de base, o governo JK não apenas realizou obras diretas, mas estimulou uma cadeia de atividades produtivas interligadas. Por exemplo, a construção de grandes obras de infraestrutura impulsionou a demanda por insumos

da indústria siderúrgica e de cimento, além de gerar empregos diretos na construção civil e indiretos em serviços e comércio nas regiões beneficiadas. (SANTOS, 2008)

Esse aumento da renda e do emprego ampliou a demanda agregada, incentivando ainda mais a produção e os investimentos privados. O Plano de Metas, ao provocar uma expansão simultânea do investimento e do consumo, gerou um ciclo virtuoso de crescimento, como previa a lógica keynesiana: o gasto inicial do governo, à circular na economia, cria múltiplos efeitos de geração de renda, dinamizando diversos setores produtivos e fortalecendo o mercado interno. (KEYNES, 1936 e CARVALHO, 2008)

## **ESTADO E DESENVOLVIMENTO NO DEBATE ATUAL**

O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek permanece relevante para o debate atual sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico brasileiro. A estratégia de JK, baseada na intervenção estatal e no planejamento de longo prazo, ainda serve de referência em um país que enfrenta problemas semelhantes aos dos anos 1950, como a falta de infraestrutura adequada, a baixa complexidade industrial e as desigualdades regionais (FARO e SILVA, 2002)

No cenário contemporâneo, diante da desindustrialização e da estagnação econômica, a necessidade de políticas públicas que retomem a capacidade do Estado de induzir o crescimento voltou ao centro da agenda. A ideia de que o mercado, sozinho, não é capaz de resolver as carências estruturais e promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo reforça a atualidade do modelo de coordenação entre Estado e setor privado, similar ao que foi feito durante o Plano de Metas (TAVARES e BELLUZO, 1984)

Além disso, desafios globais, como a transição energética e a necessidade de inovação tecnológica, exigem um Estado forte e capaz de liderar projetos estratégicos, assim como JK fez ao priorizar setores como energia e transportes. A lógica keynesiana de planejamento estatal e investimentos com efeitos multiplicadores na economia segue sendo essencial para países em desenvolvimento como o Brasil. (CARVALHO, 2008)

Vale dizer que a experiência do Plano de Metas deixa uma lição clara de que o desenvolvimento econômico no Brasil exige a valorização da industrialização como motor do

progresso. Contudo, não se trata apenas de retomar o modelo desenvolvimentista do passado, mas de compreender que a industrialização precisa ser equilibrada e alinhada aos desafios do século XXI. O Brasil deve buscar uma estrutura produtiva diversificada e inovadora, capaz de integrar regiões, reduzir desigualdades e promover ganhos de produtividade de forma sustentável (OREIRO, 1999)

Nesse sentido, o debate atual deve incorporar também as contribuições de Robert Solow, para quem o progresso tecnológico é o principal determinante do crescimento de longo prazo. A teoria de Solow mostra que, além do capital e do trabalho, o avanço tecnológico é o fator crucial para elevar a produtividade e sustentar o desenvolvimento. Portanto, uma industrialização equilibrada para o Brasil implica não apenas expandir a indústria de transformação, mas também investir em inovação tecnológica, qualificação da mão de obra e infraestrutura moderna. (OREIRO, 1999)

Ao observar o legado do Plano de Metas e as lições de Solow, fica evidente que o Estado precisa atuar como indutor de uma transformação estrutural que vá além do crescimento quantitativo. Trata-se de consolidar uma base produtiva sofisticada e tecnologicamente avançada, capaz de romper com a armadilha da dependência externa e de colocar o país em uma trajetória de crescimento sustentável e inclusivo. (OREIRO, 1999 e JESUS, 2011)

Diante disso, é urgente que o Brasil articule políticas industriais voltadas à inovação e ao desenvolvimento regional, assegurando que a nova industrialização ocorra de forma equilibrada e promova ganhos de produtividade e competitividade no cenário global.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dessa maneira, o Plano de Metas, implementado durante o governo Juscelino Kubitschek, representou um marco fundamental na tentativa de promover o desenvolvimento econômico acelerado no Brasil. Ao estabelecer objetivos claros e setoriais para a modernização da infraestrutura e da indústria de base, o Plano não apenas buscou suprir as carências estruturais do país, mas também instaurou uma lógica de planejamento estatal com foco no crescimento. Mesmo inserido em uma conjuntura marcada por desequilíbrios macroeconômicos, como a pressão inflacionária e os déficits externos, o esforço de criar uma política industrial ativa foi crucial para inaugurar uma nova etapa de industrialização e urbanização no Brasil, contribuindo para a formação de capacidades produtivas que seriam fundamentais nas décadas seguintes.

Apesar das limitações típicas da época, como a dependência de capitais estrangeiros e as fragilidades institucionais do Estado brasileiro, o Plano de Metas demonstrou que a intervenção estatal poderia induzir transformações estruturais importantes em países em desenvolvimento. Essa tentativa de política industrial, ainda que incompleta e sujeita a contradições, conseguiu estabelecer bases para o avanço de setores estratégicos, como energia, transporte e siderurgia, mostrando que o planejamento econômico poderia ser um instrumento eficaz para superar o subdesenvolvimento.

Ao longo do trabalho, foi possível identificar aspectos keynesianos na concepção e execução do Plano de Metas, especialmente no que diz respeito à crença no papel ativo do Estado como indutor do crescimento e no investimento público como motor da expansão econômica. Essa perspectiva, alinhada ao pensamento de Keynes, defende que o setor público pode e deve atuar para preencher as lacunas deixadas pela insuficiência do investimento privado, particularmente em contextos de atraso estrutural e de instabilidade externa.

A importância da escola keynesiana transcende as décadas e permanece influente no debate econômico contemporâneo, mesmo passados quase 90 anos da publicação de *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, em 1936. As ideias keynesianas continuam sendo fundamentais para compreender e formular políticas públicas em situações de crise ou em momentos em que o mercado, sozinho, não é capaz de garantir crescimento sustentado e pleno emprego.

Por fim, compreender a experiência brasileira durante o Plano de Metas e seus desdobramentos ajuda a iluminar o debate atual sobre desenvolvimento, principalmente ao refletirmos sobre o papel do progresso tecnológico como fator central nas trajetórias de crescimento de longo prazo. Nesse sentido, analisar as políticas passadas à luz de abordagens teóricas sólidas, como a keynesiana, é essencial para pensar alternativas eficazes para os desafios do desenvolvimento no século XXI.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. *Keynes e o Brasil*.

SANTOS, Reginaldo Souza. *Keynes e a proposta de administração política do capitalismo*.

Keynes, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Desequilíbrios e inflação no processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). Inflação e Crises: o papel da moeda no desenvolvimento latino-americano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JESUS, Jorge Miguel Cardoso Ribeiro de. A economia de John Maynard Keynes: uma pequena introdução. Lisboa: Escolar Editora, 2011.

Serrano, F., & Summa, R. (2013). A Economia Brasileira: Uma Análise Crítica da Experiência Keynesiana. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Bielschowsky, R. (2000). Desenvolvimento Econômico: A Perspectiva Keynesiana. São Paulo: Editora Hucitec.

FARO, Clóvis; SILVA, Salomão L. Quadros. A década de 1950 e o Programa de Metas. In: O Brasil de JK. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 67-106

COSTA, Fernando Nogueira da. Keynes, filósofo social. São Paulo: Alameda, 2023

PACHECO, Flavio Gibim. Industrialização sob o governo Juscelino Kubitschek: Plano de Metas e seus impactos na economia brasileira, 2011.

MACHADO, Wesley Miguel Lima. A importância do Plano de Metas para o desenvolvimento da indústria pesada no Brasil.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antônio. Democracia com desenvolvimento (1956-1961). In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). A ordem do progresso. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Oreiro, José Luís. Progresso tecnológico, crescimento econômico e as diferenças internacionais nas taxas de crescimento da renda per capita: Uma crítica aos modelos neoclássicos de crescimento.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Mr. Keynes e os pós-keynesianos: princípios de macroeconomia para uma economia monetária de produção

KEYNES, John Maynard. The general theory of employment, interest and money. London: Macmillan, 1936.

